Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

OFÍCIO Nº 160/2022

AO ILMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ – TRE/AP.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20/2022

Processo Administrativo Nº: 0003039-39.2022.6.03.8000.

H FONSECA DE FARIAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.272.137/0001-59, localizada na rua: Carlos Drummond de Andrade n.º 1166- Congos – Macapá/AP, por intermédio de seu proprietário, o Sr. Helielton Fonseca de Farias, infra-assinado, portador da carteira de identidade nº 118920 PTC/AP, inscrito no CPF sob o nº 890.821.922-68, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109 da Lei nº 8666/93 e item 9 do edital do pregão eletrônico nº20/2022, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da r. decisão do sr (a). Pregoeiro (a) que declarou a empresa Bioclean Serviços Especializados Eireli, CNPJ: 18.454.641/0001-81, como vencedora do certame, pelas razões que serão demonstradas.

I – TEMPESTIVIDADE

O referido recurso faz-se plenamente tempestivo, uma vez que o prazo para apresentação das razões são de 03 (três) dias, nos termos do item 9 do edital.

Portanto, o protocolo deste recurso na presente data está em conformidade com o prazo estabelecido.

II – SÍNTESE FÁTICA

No PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022, a empresa Bioclean Serviços Especializados Eireli, foi declarada vencedora do referido certame, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa prestadora dos serviços terceirizados de 18 (dezoito) postos de trabalho de motoristas com dedicação exclusiva para a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e Zonas Eleitorais.

Contudo, na proposta apresentada, verificou-se que a empresa vencedora não acostou a certidão negativa de falência conforme exigência prevista no item 8.20 (subitem 8.20.1) do edital, como também não apresentou a planilha de custo e formação de preços dos serviços em conformidade com o edital do certame.

Assim, diante do evidente descumprimento dos termos contidos no Edital, a empresa recorrida deve ser desclassificada, a partir de argumentos fáticos e jurídicos dispostos a seguir.

III – DO MÉRITO RECURSAL

3.1 – DO DESCUMPRIMENTO DE ITENS PREVISTOS NO EDITAL – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O item 8.20 (subitem 8.20.1) dispõe acerca da qualificação econômico-financeira, que deve ser comprovada por meio de apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, além de outros documentos exigidos no edital.

Pois bem. Conforme os documentos juntados pela empresa vencedora, esta não atendeu a condição de habilitação do item 8.20 (subitem 8.20.1), e deve, portanto, ser desqualificada do certame.

Além disso, a proposta apresentada pela empresa Bioclean Serviços Especializados Eireli descumpra os seguintes itens do edital, vejamos:

Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro Salário), Férias e Adicional de férias

Item B: Férias e Adicional de férias – A porcentagem apresentada pela empresa em todas as planilhas foi de 11,11%, porém no item 28.8 do Edital aponta a porcentagem deste item é 12,10%.

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO:

Item B: Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado – Apenas da porcentagem apresentada está correta, sua incidência está calculada de maneira equivocada, pois segundo o modelo previsto no Edital a porcentagem de 0,03% tem como base o valor resultante da porcentagem do item A.

Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais:

Item B: Substituto na cobertura de Férias – A porcentagem apresentada pela empresa em todas as planilhas foi de 0,27%. Porém não condiz o a porcentagem apresentada no Edital de 0,82%;

Item D: Substituto na cobertura de ausências por acidente de trabalho – A porcentagem apresentada pela empresa em todas as planilhas foi de 0,04%. Porém não condiz o a porcentagem apresentada no Edital de 0,03%;

Item E: trabalho – A porcentagem apresentada pela empresa em todas as planilhas foi de 0,02%. Porém não condiz o a porcentagem apresentada no Edital de 0,07%.

É evidente, que o erro de preenchimento de planilha, quando insanável por incidir sobre custo exigido pelo edital e pela lei como necessários para a adequada prestação de serviços, é causa de desclassificação da proposta de preços, por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Nesse sentido, em razão do descumprimento das exigências previstas no edital, o art. 48, I, da Lei 8.666/93, dispõe:

Art. 48. Serão desclassificados:

I – As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.

Ou seja, a legislação é cristalina ao dispor que o descumprimento das normas previstas no edital importa a desqualificação (inabilitação), bem como a desclassificação da proposta, uma vez que atenta contra os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo.

O precedente abaixo assevera que o ato de desclassificação de empresa que apresente proposta e documentação em desacordo com as exigências do edital, não afronta o princípio da legalidade. Vejamos: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA APRESENTADA EM DESACORDO COM O EDITAL. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA ISONOMIA. ARTIGOS 3º E 41 DA LEI 8.666/93. 1. O Pregão Eletrônico, enquanto modalidade licitatória de contratação com a Administração Pública, deve ser regido pelos princípios que a orientam, com especial relevo para o da isonomia. Desse modo, assegura-se a igualdade de condições entre os particulares que dela participam, consagrando-se vencedora a proposta que melhor atende, de maneira objetiva, às exigências do edital. 2. Não há qualquer ilegalidade na desclassificação de empresa licitante que apresenta proposta e documentação em desacordo com as exigências do edital de Pregão Eletrônico, em atenção aos princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como dos artigos 3º e 41 da Lei 8.666/93.

(TRF-4 - AC: XXXXX20164047200 SC XXXXX-41.2016.4.04.7200, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/07/2020, QUARTA TURMA)

Portanto, em atenção ao princípio da legalidade, bem como ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo, deve a empresa Bioclean Serviços Especializados Eireli ser desqualificada e consequentemente desclassificada do certame, de modo que a Administração Pública oportunizará a segunda melhor proposta a ser apreciada pela autoridade julgadora.

IV – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer a Vossa Senhoria:

- a) Seja recebido o presente recurso para reconsiderar a decisão que declarou a empresa Bioclean Serviços Especializados Eireli vencedora, com a consequente desclassificação da proposta da recorrida, nos termos da fundamentação. Subsidiariamente, caso Vossa Senhoria não reconsidere sua decisão, requer que sejam os autos remetidos para Autoridade Superior competente para reforma da decisão, devidamente informados;
- b) Requer, outrossim, a que seja determinada desqualificação, bem como a desclassificação da proposta da Recorrida, conforme argumentação já exarada.

São os termos.

Pede deferimento.

Macapá-AP, 18 de agosto de 2022.

H FONSECA DE FARIAS EIRELI

CNPJ nº 10.272.137/0001-59

Helielton Fonseca de Farias

CPF nº 890.821.922-68

Proprietário

Fechar